

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIOGO MARQUES DA SILVA

A AÇÃO DA DOPS NA REPRESSÃO AO NAZISMO NO PARANÁ

CURITIBA  
2014

DIOGO MARQUES DA SILVA

## A AÇÃO DA DOPS NA REPRESSÃO AO NAZISMO NO PARANÁ

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Direito, pelo Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Lopes Pereira

CURITIBA  
2014

## **RESUMO**

Durante o Estado Novo (1937-1945) o Paraná e os demais estados da região sul do país foram considerados principais redutos do “perigo alemão” (um suposto plano de sublevação por parte da população de origem germânica, comandada pelos nazistas). Os membros do partido foram vigiados de perto pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que também acabou perseguindo diversos descendentes de imigrantes alemães apenas por causa de sua origem. No presente trabalho analisamos as circunstâncias, a fundamentação política e jurídica, e as consequências das investigações realizadas pela DOPS durante o Estado Novo.

Palavras chave: DOPS, repressão, Estado Novo.

## ABSTRACT

During the *Estado Novo* (1937-1945) the Paraná State and other states in the southern region of the country were considered major strongholds of the "German danger" (a supposed plan uprising by the people of Germanic origin, commanded by the Nazis). Party members were watched closely by Precinct Political and Social Order (DOPS), which also ended up chasing many descendants of German immigrants just because of their origin. In this paper we analyze the circumstances, the political and legal reasoning, and the consequences of investigations by DOPS during the *Estado Novo*.

Keywords: DOPS, repression, Estado Novo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL.....</b>	<b>07</b>
2.1 O ENQUISTAMENTO RACIAL .....	10
2.2 O PANGERMANISMO .....	14
2.3 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	16
<b>3 A CRISE DO LIBERALISMO POLÍTICO NO PERÍODO ENTREGUERRAS..</b>	<b>18</b>
3.1 A ASCENSÃO DO NAZISMO .....	19
3.2 A REVOLUÇÃO DE 30 E O ESTADO NOVO.....	22
3.3 O TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL.....	26
3.4 AS DELEGACIAS DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL.....	28
<b>4 A AÇÃO DA DOPS NO COMBATE AO NAZISMO.....</b>	<b>30</b>
4.1 AS MEDIDAS DE HOMOGENEIZAÇÃO E A IDENTIDADE BRASILEIRA.....	30
4.2 O PERIGO ALEMÃO.....	32
4.3 O NSDAP NO BRASIL.....	33
4.3.2 PERFIL DOS FILIADOS À SEÇÃO BRASILEIRA DO NSDAP E SUA DISTRIBUIÇÃO PELO PAÍS.....	35
4.4 A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA.....	37
4.5 A DOPS E O COMBATE AO NAZISMO.....	38
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS</b>	
1 – Portaria nº30, jan de 1942 .....	52
2 –Denuncia contra Eduardo Kapmann .....	53

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar como a DOPS construiu esquemas de controle e repressão, particularmente sobre os alemães e simpatizantes do eixo durante o período getulista. A revisão bibliográfica feita abarca a produção disponível sobre imigração alemã no Paraná e as fontes primárias consultadas foram os processos da DOPS que estão depositados no DEAP (Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná).

Com base na documentação disponível no Arquivo Público do Paraná, podemos acompanhar o trabalho da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) em um momento especialmente conturbado da história nacional.

O mundo passava pelo maior conflito bélico da História, e, ao mesmo tempo, o Brasil passava por uma verdadeira “refundação” entrando na era dos direitos sociais, mas em um período notadamente autoritário, que foi o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Nessa época via-se a construção de uma nova identidade nacional (construção que seria orientada pelo estado, diga-se de passagem) com base não apenas na educação dos brasileiros, mas também na repressão dos inimigos internos e externos.

Dentre estes inimigos, os descendentes de imigrantes das nações do eixo, notadamente no Sul, que poderiam estar tramando contra o país. Eles teriam constituído comunidades isoladas, não assimiladas pelo país — muitas vezes sequer falando nosso idioma. Destas, a que mais oferecia risco, de acordo com as análises de pessoas ligadas ao governo, era a alemã.

Na primeira parte deste trabalho, analisaremos as especificidades da imigração germânica que resultou, segundo análises de intelectuais da época, nos mitos do “enquistamento racial”<sup>1</sup> e do “perigo alemão”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Conforme explicaremos no item 2.1, havia a ideia de que o isolamento das comunidades de imigrantes, bem como sua (suposta) recusa em participação na vida política do país e integração com os demais brasileiros, bem como a manutenção do idioma e tradições do país de origem, resultou na formação de “quistos raciais” no sul do país, com populações que não foram apropriadamente assimiladas pela sociedade brasileira.

<sup>2</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) temia-se que essas comunidades alemãs (especialmente na região Sul) influenciadas pelo nazismo prestassem apoio a uma possível invasão de tropas hostis ao Brasil.

Na segunda parte, analisamos a ascensão do nazismo na Alemanha e do Estado Novo no Brasil, ressaltando no caso brasileiro aspectos jurídicos, políticos e éticos que embasaram o fortalecimento (quando não a criação) de aparelhos repressivos.

Finalmente, na terceira parte, parte-se para a análise da documentação, fontes primárias que mostram que, apesar do partido nacional-socialista alemão ter atuado no Brasil, a maioria esmagadora dos detidos pela DOPS não tinha relação com ele. Entretanto, tal ocasião foi aproveitada para ampliar o controle sobre os imigrantes, independente de sua bandeira ideológica.

Serão utilizados também teóricos para fundamentar a análise feita sobre esses elementos, fundamentalmente os políticos, como Hannah Arendt, Eric Hobsbawm, Norbert Elias, Enrique Dussel, Thomas Skidmore, Paulo Sérgio Pinheiro e Alfredo Bosi.

## 2 CARACTERÍSTICAS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O BRASIL

As primeiras colônias agrícolas de imigrantes alemães no Brasil datam no começo do séc. XIX, assim considerando os colonos oriundos de regiões da Europa que comporiam a Alemanha na época da unificação, em 1891 (Alsácia-Lorena, Luxemburgo, Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e províncias Bálticas). Em 1818 temos a fundação da colônia Leopoldina, na Bahia; em 1819 cem famílias são instaladas em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro; e em 1824 há a fundação da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul<sup>3</sup>, tida como a única bem sucedida antes da interrupção do fluxo migratório pela Revolução Farroupilha (1830)<sup>4</sup>.

Esse fluxo foi retomado em 1845, seguindo os interesses da política de colonização do império, visando trazer trabalhadores livres, oriundos da Europa, em regiões não ocupadas por grandes propriedades (principalmente a ocupação de áreas de fronteira), preferencialmente no sul, posto que o clima seria mais semelhante ao europeu (o fracasso da colônia implantada no Nordeste foi, aliás, atribuído ao clima<sup>5</sup>). Assim, os imigrantes se dirigiram para Rio Grande do Sul e Santa Catarina, posteriormente para o Paraná.

Na verdade, conforme explica Seyferth, a concentração no Sul do Brasil se deu por razões políticas: as denúncias sobre o regime de colonato em São Paulo e a publicação de um livro sobre a revolta de colonos na Fazenda de Ibiacaba por parte de Thomas Davatz (1858) levou o governo Prussiano a proibir a migração de cidadãos de seu país para o Brasil através do decreto de Heydt em 1859. Tal proibição foi revogada apenas para os três estados do sul do Brasil<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> MUSEU DA IMIGRAÇÃO <http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/12/10/2014>.

<sup>4</sup> SEYFERTH, Giralda. **Identidade étnica, assimilação e cidadania — a imigração alemã e o estado brasileiro**. Trabalho apresentado no XV11 Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993. In: <http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/identidade-etnica.pdf>, 12/10/2014.

<sup>5</sup> SEYFERTH, idem, p.1

<sup>6</sup> SEYFERTH, ibidem, p.2



Também pesava a favor dessa migração a necessidade de ocupar terras devolutas em regiões de fronteira. Embora existissem indígenas e posseiros nacionais na região, a vinda de europeus atenderia à política de “embranquecimento” adotada pelo Império (falaremos mais dela a seguir).

Entre 1850 e 1938 teriam entrado no país entre 1.000 e 2.000 alemães por ano, sendo que na década de 1920 houve o maior fluxo (cerca de 75.000). O total de imigrantes, segundo estudiosos variaria entre 235.846 e 257.114<sup>7</sup>. Entretanto, é difícil estimar quantos do Brasil remigraram para a Argentina.

Embora o Brasil ocupasse o segundo lugar de destino dos imigrantes de língua alemã nas Américas (atrás dos Estados Unidos) eles acabam não se destacando muito, numericamente, em relação a outros grupos de imigrantes que chegaram ao país: no total, não chegariam a 9% do total de emigrados<sup>8</sup>.

Em geral, seguiram o padrão de assentamentos em áreas de floresta, com demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios, e estabelecimento de sociedades camponesas de economia baseada na pequena propriedade familiar.

Outra característica da imigração na primeira metade do sec. XIX é que, por ter sido realizada junto à política de assentamento de colonos (por parte do Brasil), ela foi basicamente uma migração agenciada, não espontânea. Foi fundamentada com a venda de terras públicas, geralmente para companhias particulares que repassavam aos colonos em lotes de 20/30 hectares, sobretudo no Rio Grande do Sul. Ressalte-se, entretanto, que também houve, sobretudo em Santa Catarina, assentamentos por iniciativa privada (como a de Hermann Blumenau, em 1848, que fundou uma colônia que levava seu nome).

Da parte alemã, salienta-se a iniciativa por parte de companhias privadas, como a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (que levou cerca de 17.408 colonos para Joinville entre 1850 e 1888) e a Norddeutsche Lloyd (sediada em Bremen, a maior companhia de navegação alemã que encaminhou mais de 47 mil pessoas a partir de 1890), que mais tarde se fundiriam na Sociedade Colonizadora

---

<sup>7</sup> CARNEIRO, José Fernando, **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil. DIEGUES JUNIOR, Manuel, **Imigração, urbanização e industrialização**. Rio de Janeiro, CBPE/ INEP.

<sup>8</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, UNICAMP/FAPESP, 1998, p.21

Hanseática<sup>9</sup>. Não se encontra o mesmo empenho por parte governamental. Na verdade, Bismark teria levantado restrições à migração, e chegou a referir-se aos que deixavam o país como traidores<sup>10</sup>.

Já a respeito do perfil dos imigrantes, os pioneiros são apresentados como oriundos de regiões rurais ameaçadas pela concentração fundiária na Europa. Mas as pesquisas sobre o assunto também apontam que posteriormente chegariam pessoas menos favorecidas oriundas de regiões urbanas. Havia ainda os mercenários recrutados para lutar nas guerras platinas, que foram chamados de *Brummers*. Também são apontados casos de refugiados políticos da Revolução de 1848.

Mas os imigrantes em geral não estavam ligados ao governo em seus países de origem. Seu sentimento de pertencimento era mais relativo à comunidade do que propriamente à pátria (no sentido político)<sup>11</sup>.

As diferenças étnica e cultural foram ainda ressaltadas pelo modelo de distribuição dos colonos. Apesar do número relativamente menor em relação às demais etnias que migraram para o Brasil, os alemães se caracterizaram pela grande concentração nas frentes de ocupação. No séc XX, as elites republicanas consideram esse um grande erro da política imigratória do império.

Essas comunidades isoladas e (supostamente) não assimiladas passaram a ser consideradas “quistos raciais”, servindo de fundamento ao posterior mito do “perigo alemão”.

Embora a bibliografia utilizada destaque a imigração alemã tradicional para as partes mais rurais e com hábitos camponeses, é clara a presença de setores médios urbanos e mesmo de elites germânicas no Brasil na virada do século XIX para o século XX. Nos estudos sobre Curitiba, por exemplo, vemos que no período em questão, os alemães estão envolvidos nas modernizações que a cidade recebe. Os primeiros fotógrafos de Curitiba eram alemães (Volk e Weiss), a

---

<sup>9</sup> MAGALHÃES, idem, p.24.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, idem, p.22.

<sup>11</sup> Na própria língua alemã são duas palavras com sentidos diferentes para designar o que em português traduzimos como “pátria”: *Heimat* e *Vaterland*. *Heimat* designaria o sentimento que se nutre pela terra natal (aldeia ou município), enfim, o lugar em que se nasceu. *Vaterland* já seria o termo de origem latina pra designar o país de origem. In: MAGALHÃES, idem, p.83

primeira apresentação do cinematógrafo dos Irmãos Lumière foi no Teatro Hauer (também dos alemães, onde mais tarde fundariam um clube de futebol de origem germânica, o Coritiba Foot Ball Club), a energia era controlada por eles (Hauer), tinham um clube próprio (Clube Concórdia) e competiam no comércio e demais atividades urbanas com as elites luso-brasileiras.<sup>12</sup>

## 2.1 O ENQUISTAMENTO RACIAL

Entretanto, parte dos alemães vivia um isolamento geográfico que não foi intencionado pelos colonos, mas fruto da política de ocupação de terras devolutas que os restringiam aos lotes que deveriam ocupar com suas famílias. Havia muitos que fugiam do processo de proletarização na Europa e que na verdade possuíam ofícios nas cidades, mas o próprio modelo de imigração os contava como agricultores.

Havia a falta de organização pública para os assentamentos, bem como de verbas para melhorias (abrir estradas, demarcar lotes). Os próprios colonos tiveram que se organizar para prestação dos serviços fundamentais (como saúde e educação). No caso do ensino ressalte-se que tais escolas foram fundadas para suprir essa lacuna, e não especificamente para o ensino da língua e cultura alemã (mais obviamente acabaram assumindo esse papel).

Como consequência disso tem-se a elaboração de uma forte organização comunitária, mesmo entre esses colonos rurais (como associações assistencialistas, escolas comunitárias, sociedades culturais ou recreativas) e, com o sucesso sobre as adversidades, a difusão do discurso do “trabalho alemão”, com a figura heróica do colono pioneiro, claro pressuposto de superioridade racial<sup>13</sup>.

O estilo arquitetônico, a organização do espaço, hábitos alimentares, enfim, o estilo de vida dessas comunidades foi elaborado dentro dessa noção de pertencimento a uma origem comum, designada no Brasil pela expressão

---

<sup>12</sup> PEREIRA, L. F. L. **O espetáculo dos maquinismos modernos**; Curitiba na virada do século XIX para o XX. São Paulo: Blucher, 2009.

<sup>13</sup> SEYFERTH, *ibidem*, p.4

“colônias alemãs”. Essa seria a referência de *Volk* (povo), como uma unidade endogâmica, unida pela língua, religião e cultura, mas separada dos demais ocupantes do país.

Embora listados como agricultores (já que a imigração tinha como base a distribuição de lotes para famílias), os imigrantes provinham muitas vezes de classes urbanas e muitos se fixaram nas cidades, como em Curitiba. Também foi mencionada a presença dos *brummers*, que lutaram na América, e refugiados políticos. Muitos desses passaram a exercer a função de divulgar a idéia básica da ideologia étnica teuto-brasileira, que designaram pela palavra *Deutschtum* (germanidade). Os que se fixaram nas cidades tinham um ambiente ainda mais favorável ao desenvolvimento desta identidade alemã, afinal se dedicavam a elementos simbólicos mais requintados. Em Curitiba, por exemplo, a presença de pintores de origem alemã é destaque na virada do XIX ao XX.

E tal identidade fundamenta-se nas diferenças conceituais de nação e pátria. A migração para o Brasil teria levado os imigrantes a romperem com seu país, mas não com seu povo (*Volk*). Estes alemães do Brasil (*Deutschbrasilianer*) estavam ligados por uma identidade supraterritorial, uma comunidade definida por laços de sangue (*Volksgemeinschaft*)<sup>14</sup>.

Essa ideia se coaduna com a noção de nação alemã de Fichte e Arndt, que tem como princípio de unificação o conjunto de raça e língua comuns, além da cultura (*Kultur*). Isso explicaria porque a endogamia, as associações culturais, língua se tornaram a fronteira étnica a ser preservada. Elas viriam reforçadas pela literatura da época que ressalta, além da origem comum (alimentando mitos de nobreza e superioridade racial), a importância do “trabalho alemão” que venceu todas as adversidades, construindo uma sociedade civilizada no meio da selva.

Por outro lado, essa literatura periódica também trazia reivindicações de cidadania e participação política. A atuação dessa imprensa nas décadas finais do séc.XIX teria provocado a maior visibilidade por parte dos brasileiros da “defesa da germanidade” justamente em um período em que o Brasil construía sua noção identidade.

---

<sup>14</sup> SEYFERTH, *ibidem*, p.6

Para a elite política brasileira que comandava a política de imigração e que tinha um plano elaborado para a locação dos camponeses, os colonos, naturalizados ou mesmo naturais do Brasil, deveriam cumprir a obrigação contratual de trabalho nos lotes de terra designados. As migrações internas que ocorreram posteriormente (muitas motivadas pelas condições ruins dos assentamentos) haviam colocado os colonos em dívida com o país. Sob essa concepção, os colonos, fossem naturais ou naturalizados, foram desqualificados para a eleição de cargos públicos até porque durante o século XIX, no Império do Brasil, havia a permanência da lógica de Antigo Regime na qual apenas os homens bons (em geral pertencentes às elites luso-brasileiras) poderiam ocupar ofícios na recém criada burocracia nacional. A exclusão não era, obviamente, uma exclusividade dos estrangeiros e dos colonos.

Por isso, durante o Império, poucos teuto-brasileiros chegaram à condição de conselheiros municipais, isso mesmo em cidades com predominância absoluta de descendentes de colonos. Os periódicos que circulavam para a comunidade alemã na época teriam denunciado essa situação de cidadãos de 2ª classe, em que o governo brasileiro permitiu a preservação da identidade cultural, mas às custas dos direitos políticos.<sup>15</sup> Isso porque tinham uma visão diversa de cidadania da que vigorava no Brasil Império. Aqui havia a divisão entre cidadania ativa e passiva. A cidadania ativa era daqueles que poderiam votar e serem votados; os passivos teriam seus direitos civis, mas não a totalidade dos direitos políticos.

Já no período Republicano, com o crescimento das cidades que surgiram em áreas de colonização, o desenvolvimento da economia resultou no aparecimento de uma classe dominante formada por comerciantes, industriais e profissionais liberais, muitos com interesses que ultrapassavam a comunidade local. Houve o rompimento do isolamento presente no período imperial, com conseqüente contato com os demais brasileiros.

Também a maior facilidade de naturalização concedida pela nova constituição, liberdade de culto, e a difusão do positivismo, que não admitia

---

<sup>15</sup> SEYFERTH, *ibidem*, p 12.

interferência do Estado na vida intelectual da sociedade, permitia maior difusão do ensino e cultura alemã.<sup>16</sup>

Por outro lado, a tentativa de organização de um partido étnico não foi concretizada, pois o mesmo positivismo tinha ambições integralistas e homogeneizadoras, e assim tal iniciativa era considerada atividade perigosa para o Brasil. Mas a participação da comunidade teuto-brasileira aumentou através dos partidos políticos existentes a partir do fim do bipartidarismo monárquico (no qual havia apenas o Partido Conservador e o Liberal), desde a criação do Partido Republicano.

Seyferth, por exemplo, mostra a ascensão política de famílias fixadas em Santa Catarina, como Müller, Konder e Schmidt — alguns chegaram até o Senado, dada a aliança com Hercílio Luz. Suas conclusões são que o voto dos teuto-brasileiros permitiu um aumento considerável da representatividade no nível local (em algumas cidades como Blumenau quase todos os representantes tinham sobrenomes alemães), mas também políticos brasileiros como Hercílio Luz puderam contar com seus votos.

Já Marionilde Brepohl Magalhães menciona no Rio Grande do Sul participação ainda mais antiga, pois um dos mais influentes representantes teutos, Karl Von Koseritz participou do movimento federalista. No caso do Paraná, o isolamento foi realmente muito maior para os imigrantes estabelecidos em Ponta Grossa e Rio Negro, enquanto os que imigraram de Joinville para Curitiba perfaziam uma minoria da população.

A conclusão a que chegam é que o tratamento da comunidade alemã como grupo homogêneo isolado por parte da elite da época e parte da nossa historiografia tradicional estava mais ligado à noção de nacionalismo do começo da virada dos sécs. XIX/XX (o Brasil das três raças) do que em relação a uma atitude tomada por parte dos colonos alemães. O alegado alheamento à participação política dos teuto-brasileiros do período, na verdade foi imposto pelas

---

<sup>16</sup> MAGALHÃES, *idem*, p.108.

restrições legais da época (e, obviamente, não se aplicavam apenas aos alemães, mas a diversos outros imigrantes e às próprias classes subalternas brasileiras)<sup>17</sup>.

Mas havia ainda mais um elemento presente na identidade das comunidades teuto-brasileiras que alimentou o mito do perigo alemão: a noção de pertencimento através do pangermanismo.

## 2.2 O PANGERMANISMO

Do final do séc. XIX até a Primeira Guerra Mundial, os continentes africano e asiático foram divididos entre as potências européias. E, mesmo durante a expansão da influência dos Estados Unidos (a Doutrina Monroe), os europeus também procuraram aumentar sua influência na América.

Em concomitância com esse movimento, no interior dos países europeus começa-se a desenvolver o nacionalismo em uma nova perspectiva, diferente da idéia de conquista de liberdades individuais e autodeterminação dos povos. Essa nova perspectiva já seria na verdade, segundo Hobsbawm, direcionada contra os movimentos sociais e a extensão dos direitos civis às minorias<sup>18</sup>.

A superação do paradoxo de haver uma difusão de princípios liberais, que pregavam a igualdade de direitos, mas estes não poderiam se estender a todas as pessoas acabou sendo dada pelo racismo. Ele permitia a hierarquização da humanidade em seres biologicamente superiores e inferiores, permitindo assim até mesmo absurdos como o genocídio<sup>19</sup>.

Deste modo, a identidade nacional passou a ser definida, no caso da Alemanha da era Caprivi, pela unidade de raça e língua (combinada ainda à superioridade étnica). Ela tinha finalidade, para os alemães, de derrotar inimigos externos (França, Inglaterra) e internos (judeus, eslavos, ciganos), e derrotar até

---

<sup>17</sup> MAGALHÃES, idem, p.44.

<sup>18</sup> HOBBSAWM, E. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.87 e ss., apud. MAGALHÃES, idem, p.101.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, idem, p.44.

mesmo outras idéias (como liberalismo e marxismo). O fundamento na raça e no meio geográfico eram comuns às identidades nacionais construídas nesse período histórico, não apenas para o caso dos alemães. Mesmo no Paraná do início do século há que se destacar a tentativa de construção de uma ideia de pertencimento local e de uma identidade regional para o Estado. Essa identidade foi arquitetada exatamente nos componentes da raça e do meio. O Paraná seria a soma das identidades exatamente das raças europeias que imigraram para cá, em um meio geográfico mais similar ao Europeu.<sup>20</sup>

Na Alemanha, foi organizada na década de 1890 a “Liga Pangermânica” (*Alldeutscher Verband*) que reuniu nacionalistas de todos os matizes, intelectuais ou militantes que passaram a associar idéias do romantismo com nacionalismo estatal. São apontadas outras entidades que apoiaram a iniciativa, como a Sociedade Alemã Colonial, a Liga pela Germanidade no Exterior (*Verein für das Deutschtum im Ausland*) — VDA, que mantinha um departamento chamado Liga das Escolas Alemãs (*Allgemeiner Deutscher Schulverein*), que chegou a patrocinar o ensino no Brasil, com auxílio para construção de escolas de alemão, financiamento de material didático e envio de professores.

Este movimento tinha também preceitos imperialistas (como a busca do espaço vital — *Lebensraum*) bem como o interesse de estender direitos de cidadania aos alemães do exterior, baseando-se em princípios do *ius sanguinis*. Obviamente, recusavam a concessão de cidadania a outras etnias residentes no país.

Assim, no Brasil, os descendentes passam a se designar como pertencentes a uma comunidade étnica (*Volkstum*), uma comunidade orgânica. Já a comunidade receptora, chamada por eles de “luso-brasileira”, é caracterizada como adversária, desqualificada como composta por vadios, inclinados à miscigenação, corruptos e escravocratas, ainda que hospedeiros e sentimentais<sup>21</sup>.

Reconhecem o direito de outros grupos à manutenção de sua cultura, desde que não se misturem. O Brasil sequer se constituiria como nação, segundo

---

<sup>20</sup> PEREIRA, L. F. L. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e identidade no Paraná do início do século XX**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1996.

<sup>21</sup> MAGALHÃES, *idem*, p.110



o conceito romântico do termo, por ser composto de várias culturas. A obediência seria devida não à nação, mas ao Estado.

Por outro lado, o Brasil também construía sua identidade nacional, e, paradoxalmente, até mesmo teorias racistas foram usadas, ainda que se tratasse de um país mestiço. Ela seria a da miscigenação seletiva, visando o “embranquecimento” através da imigração européia. Como o pangermanismo ia contra essa teoria, muitos brasileiros começaram a ver a imigração alemã como um problema, o que só se acentuaria com a Primeira Guerra.

O confronto entre essas concepções de nação, a do pangermanismo que defendia um estado pluriétnico e o da assimilação, defendido pelos Brasileiros, chegou a um ponto crítico na década de 1930, quando o nazismo começou a interferir de forma a relacionar a noção de *germanidade* à lealdade ao partido, através do que chamaram *regermanização*.

A bibliografia arrolada neste trabalho mostra que a *regermanização* teve alcance muito limitado. A comunidade alemã continuou a se identificar mais com base no pangermanismo, mas os brasileiros passaram a ver a comunidade teuto-brasileira como composta por nazistas. O Estado Novo levaria a prática à implementação de um programa de nacionalização forçada. Muitos dos aspectos dessa campanha já estavam preconizados até mesmo antes da subida de Vargas ao poder, dada a conjuntura da Primeira Guerra.

## 2.3 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O Brasil se manteve neutro durante boa parte da Primeira Guerra, mas com simpatia pelos aliados. Em 1915 foi criada a Liga pelos Aliados, mais tarde Liga de Defesa Nacional (LDN) liderada por intelectuais como Ruy Barbosa, Olavo Bilac, José Veríssimo e Graça Aranha. Nessa época já divulgavam a idéia de que a vitória da Alemanha na Guerra levaria à anexação do sul do Brasil por parte daquele país.

Em 1917, o bombardeio do mercante “Paraná” por parte da marinha do Reich levou o Brasil a romper com a Alemanha, e declarar guerra em outubro do mesmo ano. Além das manifestações de hostilidade e repúdio aos alemães, cabe destacar que foram tomadas algumas medidas estaduais como a proibição do uso de alemão nas escolas de Santa Catarina, e, no Rio Grande do Sul, foi determinada a obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa, história do Brasil e geografia nas escolas teuto-brasileiras. Em Curitiba e Porto-Alegre, foi exigido o cadastramento dos alemães.

Por parte do governo central, houve a demissão do Ministro Lauro Müller das Relações exteriores, por ser descendente de alemães, além da elaboração de lista negra de empresas alemãs com quem não se poderia negociar.

Outras medidas, como a proibição da comemoração do Dia da Reforma Protestante e circulação de jornais em idioma alemão seriam suspensas com o fim da guerra.

Entretanto, ficava entre os teuto-brasileiros o sentimento de serem simbolicamente expulsos do país. Afinal de contas, durante a guerra circularam pelo país as mais diversas teorias de organização e conspiração. Ao mesmo tempo, o pangermanismo lembrava aos teuto-brasileiros que eram apenas hóspedes em território estrangeiro. A doutrina racista que combatia casamentos mistos servia também como reação contra a condição de subalternidade, e a manutenção do idioma alemão se tornava símbolo de resistência à cultura dominante.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> MAGALHÃES, *idem*, p.119-120

### 3 A CRISE DO LIBERALISMO POLÍTICO NO PERÍODO ENTREGUERRAS

O período entreguerras é marcado por uma grande crise econômica e a ascensão de diversos regimes autoritários. É característico, ainda que chocante, nas primeiras décadas do sec. XX, o colapso dos valores e instituições da civilização liberal, cujo progresso no século anterior era tido como certo: desconfiança em ditaduras ou governos absolutos, compromisso com governos constitucionais (ou ao menos com assembléias livremente eleitas) e um conjunto de direitos e liberdades dos cidadãos (como a liberdade de expressão, publicação e reunião), além da crença do progresso e capacidade de melhoria da condição humana pelo debate público, educação e ciência.<sup>23</sup>

Em 1918-20 as assembléias foram dissolvidas ou teriam se tornado ineficazes em dois estados europeus, na década de 20 em seis países, e na de 30, em nove. Segundo Hobsbawm, os únicos países na Europa que mantiveram instituições políticas democráticas funcionando ininterruptamente durante o período entreguerras foram Grã-Bretanha, Finlândia, o Estado livre Irlandês, Suécia e Suíça.

Ressalte-se que a derrubada de regimes liberais não se deu apenas por movimentos a que se possa atribuir o rótulo de fascistas. Entretanto, era visível que os regimes italiano e alemão inspiraram forças antiliberais por todo o mundo. Havia forças conservadoras na política, igreja e sociedade. Mas fora seu anticomunismo e preconceitos tradicionais de classe, não possuíam um programa ideológico particular, mas puderam emprestar idéias como a do “estatismo orgânico”<sup>24</sup>, além do apelo à retórica patriótica. O fascismo forneceu aos setores contra-revolucionários “a dinâmica e o exemplo de vitória das forças sobre a desordem”<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século xx**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.113.

<sup>24</sup> Idem, 118.

<sup>25</sup> Ibidem, 127.

Também foi fundamental para o enfraquecimento dos regimes liberais o impacto da crise econômica. Durante a Grande Depressão, a economia capitalista parecia desmoronar, e para muitos que viviam nesse período (notadamente os radicais, os fascistas e os comunistas) tal crise era vista como a agonia final do sistema capitalista, e, com isso, das democracias parlamentares que haviam inicialmente proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Mas, de todas as expressões da derrota liberal, a ascensão do fascismo e do nazismo foi a mais importante.

### 3.1 A ASCENSÃO DO NAZISMO

Há muitas teses (algumas até antagônicas) para a explicação do fenômeno nazista na Alemanha. Alguns, como Edmond Sermil, ligam sua origem a uma tradição autoritária alemã com raízes localizáveis desde a Reforma luterana. Outros, como Gerhard Leibholz, o consideram um fenômeno típico do sec.XX, já Gramsci teria destacado esse movimento como “braço armado do capitalismo” com recurso da manipulação do inconsciente das massas<sup>26</sup>.

De fato, a própria industrialização da Alemanha, baseada na indústria pesada (química, siderurgia), que necessita extrema concentração de recursos, teria se consumado em uma “Revolução conservadora”, uma sociedade marcada por conservadorismo e militarismo.

A derrota alemã na Primeira Guerra e a queda do kaiser Guilherme II foram seguidas pelo estabelecimento de uma República parlamentar. Como descreve Norbert Elias, a derrota externa para os rivais europeus, inter-estados, foi simultânea ao que os conservadores viram como uma derrota interna (ainda que essa apenas parcial) intra-estado: a ascensão de grupos até então marginalizados (principalmente as organizações de trabalhadores)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> GOES, M. C. P. **A imprensa brasileira ante o fascismo: a tomada de poder na Alemanha**. Rio de Janeiro, Instituto Goethe, 1983.

<sup>27</sup> ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro, Zahar Ed, 1997, p.169.

A chamada República de Weimar, fundada sob uma cultura cosmopolita e pacifista, era fundamentada em valores estranhos ao nacionalismo do I Reich, o nacionalismo étnico, a reivindicação do status de grande potência imperialista e a defesa de um Estado forte<sup>28</sup>.

Para o *establishment* guilhermino, a participação na liderança de grupos de status social inferior subentendia um aviltamento deles próprios, e também da Alemanha. Intitulando-se a si próprios como “nacionais”, consideravam-se os verdadeiros representantes da nação, ao passo que os “marginais”, sobretudo as organizações de trabalhadores e minorias, como os judeus, eram vistos como não pertencentes nem à nação e nem à sociedade alemãs.<sup>29</sup>

Esse sentimento de aviltamento, que se manifestou em desejos de vingança, inconformismo e nostalgia, foi alimentado pelo aparecimento de diversas associações, compostas de pequenos burgueses ameaçados pela proletarianização, comerciantes e ex-combatentes, muitos deles até então sem interesse pela política. São apontadas diversas associações com nomes como “Pátria Nova”, “Conselho do Trabalho Espiritual”, “Siegfriedring”, “Liga Social Feminina”, entre outros.

O que todas essas associações tinham em comum era a angústia provocada pela humilhação internacional, o Tratado de Versalhes, o medo da Revolução Russa. Culpavam os bolcheviques e judeus pela derrota do país. Também se orgulhavam de estar acima da mesquizez das diferenças políticas.

Dessa conjuntura emergiu Hitler, pregando um anti-capitalismo ambíguo (sem questionar a propriedade privada dos meios de produção), racismo, além de ser visceralmente anticomunista. Hobsbawm afirma que não se pode considerar o nazismo (nem o fascismo italiano) como simples expressões do capitalismo monopolista, já que o grande capital se acomodaria com qualquer regime que não o expropriasse de fato.

A dificuldade de definir qual afinal era seu programa, ou mesmo a forma de governo que se estabeleceu talvez fosse intencional. Era uma vantagem se

---

<sup>28</sup> MAGALHÃES, idem p.126.

<sup>29</sup> ELIAS, idem, p.171.

manter como um movimento em relação a partidos tradicionais. Como destaca Hannah Arendt: os nazistas não usaram slogans que os identificasse a nenhuma forma específica de governo (democracia, república, monarquia). Era como se “soubessem que iriam ser sempre originais”<sup>30</sup>.

Como um “revolucionário da contra-revolução” o regime nazista era mais o antigo regime revitalizado do que algo novo. Mas também se deve ressaltar que não ascendeu ao poder por via revolucionária (embora Hitler tenha antes liderado um golpe frustrado), mas sim constitucionalmente, pelo sufrágio. Entretanto, uma vez no poder, se recusava a seguir as regras políticas, tomava posse de tudo o que podia.

Não se pode deixar de apresentar aqui, ainda que rapidamente, outra análise que é a dada por Enrique Dussel, ao falar da corrupção do poder. Ao concebermos o poder como originário da comunidade ou povo, em sentido estrito, este povo, uma vez reunido, elege representantes (ou cria instituições), que então exercerão o poder que lhes foi apenas delegado. A corrupção se dá quando tais representantes passam a crer que exercem o poder de sua própria autoridade, de forma auto-referente. A esse processo Dussel chama *fetichização do poder*.<sup>31</sup>

Com a fetichização do poder, a ação dos governantes passa a ser apenas dominadora (não mais exercício delegado), antidemocrática, já que fundamentado apenas em sua autoridade despótica, e, invertendo a ordem (não mais se sustentando na força do povo) ela passa a se dar justamente através da debilitação do poder originário da comunidade, impedindo consensos, criando conflitos, dividindo para governar. Ou seja, além da corrupção das instituições e seus funcionários (que passam a trabalhar apenas em função do poder despótico esperando recompensas) pode haver, em um último grau, como no caso do nazismo, uma corrupção de quase um povo inteiro, que passando a se reconhecer

---

<sup>30</sup> ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.406

<sup>31</sup> DUSSEL, H. **20 Teses de Política**. São Paulo, CLACSO, 2007; p.16. Trata-se de um capítulo em que Dussel dá a gradação de corrupção causada pela fetichização do poder. Nem todos os alemães simpatizavam com o nazismo, ou ficaram passivos frente aos genocídios perpetrados.

dentro dos ditames do partido, pode ficar indiferente ao extermínio de povos inteiros<sup>32</sup>.

Assistimos, com a ascensão do movimento nacional socialista, à fundação de várias entidades interessadas na “preservação da germanidade no exterior”, como o Instituto Alemão para o Exterior (*Deutsches Auslands-Institut* — DAI) e a Organização do Partido Nacional-Socialista para o Exterior (*Auslandsorganisation der NSDAP* — A.O).

A respeito do trabalho prestado por essas organizações (notadamente a propaganda para atrair adeptos da A.O), devemos salientar que o público alvo era, conforme a própria doutrina pregada pelo nazismo, os alemães no exterior, ou os tornados pela concessão de cidadania. A propaganda difundida na época foi, portanto, mais direcionada aos já convertidos, na noção de compatriota (*Volksgenosse*) que deveriam mostrar lealdade ao partido. O processo, chamado de “regermanização” nunca alcançou a mesma importância para a formulação da identidade étnica do que o pangermanismo, posto que excluía diversos falantes de alemão “não puros”, além dos que nutriam simpatias pelo liberalismo ou comunismo.

Entretanto, a ação concreta de um partido estrangeiro pautado pela superioridade ariana, junto a uma população já vista como “problemática” acabou levando a uma situação conflituosa, em uma época em que o próprio Brasil reconstruía sua identidade.

### 3.2 A REVOLUÇÃO DE 30 E O ESTADO NOVO

Como foi descrito anteriormente (2.1) no período entreguerras assistiu-se a um movimento mundial de contestação às formas liberais de estado, tidas como decadentes. Na América Latina, podemos ainda ressaltar que as ações dos Estados Unidos, ainda sob herança da política do *big stick* (como nas incursões

---

<sup>32</sup> Idem, idem, p.50.

abaixo do Rio Grande após a Revolução Mexicana e as *banana wars*) acabaram por inaugurar a retórica do antiimperialismo ianque no resto do continente. Por outro lado, Inglaterra e França não ofereciam mais inspiração política, enquanto o modelo soviético ainda era visto como muito perigoso (pois era baseado na revolução social).

Por outro lado, o sucesso do fascismo do nazismo no outro lado do Atlântico indubitavelmente influenciou muitos aspectos das lideranças que emergiram na América do Sul em tal período, como Jorge Eliezer Gaitan na Colômbia e Juan Domingos Peron na Argentina, e Getulio Vargas. Entretanto, não há como chamar nenhum dos modelos que emergiu no continente como fascista.

Para Hobsbawm, o único elemento em comum foi “a deificação de líderes populistas com fama de agir”. As massas que eles mobilizaram “não eram as que temiam o que poderiam perder (como as classes médias alemãs temerosas da proletarianização), mas as que nada tinham a perder”. E os inimigos contra quem eles as mobilizaram não eram estrangeiros ou grupos de fora, mas as oligarquias locais. E, ainda, enquanto os regimes fascistas europeus destruíram movimentos trabalhistas, os líderes populistas latino-americanos os criaram<sup>33</sup>.

Para o caso de Getúlio Vargas, Thomas Skidmore também vê inspiração fascista no caso do líder brasileiro, mas ressalta que há a diferença notável de que não ocorreu nem a criação de um partido ou movimento, nem de quadros governamentais para fundamentar sua ditadura<sup>34</sup>.

Das interpretações para o período de Vargas, a de Alfredo Bosi faz a diferença de ligar seu modelo de governo à própria formação intelectual do líder gaúcho: o Rio Grande do Sul castilhistas. O regime que seria instaurado por Getúlio seria um modelo de “gauchização da política nacional”, com raízes positivistas. Seria concebido como “um Estado liderado por uma elite política e industrial no

---

<sup>33</sup> HOBBSAWM, idem, p. 135-137.

<sup>34</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.53.



sentido da promoção da riqueza coletiva e minimização das injustiças ocasionadas pelo liberalismo”<sup>35</sup>.

Conforme a filosofia de Comte, a história humana era uma sequência de três estágios: o religioso (forma primitiva de organização social), o metafísico (sustentado por princípios filosóficos) e finalmente o positivista (um Estado cientificamente concebido segundo as necessidades verificadas de cada corpo social). A República Velha seria o estágio metafísico, com ideais de igualdade que não resistiam a uma verificação empírica, uma “democracia de mentira”<sup>36</sup>.

Essa impressão de que o regime parece ter perdido os vínculos com a comunidade que o sustente já foi mencionada aqui. Enrique Dussel apontava o poder como vontade consensual da comunidade ou povo, que exige obediência da autoridade. Mas ele também afirma que um consenso perfeito (unanimidade) não é alcançável<sup>37</sup>, já que os diferentes atores sociais possuem diferentes demandas. Entretanto, uma demanda pode, em certas situações, unificar em uma proposta global todas as reivindicações (ou ao menos as mais urgentes para todos) — seria uma demanda *hegemônica*. E Vargas é apresentado como exemplo de *ação hegemônica*.

De fato, durante a Revolução de 30 Vargas contou com uma base bastante heterogênea, que reunia desde autoritários adeptos do tenentismo a constitucionistas do Partido Democrático de São Paulo, cafeicultores (descontentes com a política de Washington Luis), elites políticas motivadas por rivalidades nos estados e entre os estados.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> LOPES, José Reinaldo de Lima, *et. al.* **Curso de História do Direito**. Rio de Janeiro, Forense; São Paulo, Método, 2009, p.521.

<sup>36</sup> A primeira constatação sobre excesso de idealismo (igualdade não verificada empiricamente) de foi de Oliveira Vianna, já o termo “república de mentira” é atribuído a Godofredo Telles Jr, professor de direito da Universidade de São Paulo, e militante integralista. Idem, idem, p.521-522.

<sup>37</sup> “A unanimidade da democracia direta é um postulado da razão política: ideal ou logicamente pensável, mas empiricamente impossível . Foi possível em sociedades pequenas (...) mas é factivamente impossível em comunidades com milhões de cidadãos. Isso não nega a organização crescente da participação”.DUSSEL, idem, p.54.

<sup>38</sup> SKIDMORE, idem, p.31. Já movimento sindical, que se encontrava dividido por disputas internas (anarquistas, trostkistas, comunistas) e o Partido Comunista não endossaram a revolução.

Ainda segundo Dussel, essa construção hegemônica não significa que os vários atores sociais não tenham diversas divergências entre si<sup>39</sup>. A heterogeneidade das forças que compuseram o bloco revolucionário liderado por Vargas dificultava a condução serena da política nacional. Primeiro ele teve que lidar com descontentamentos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. A pressão destes últimos (mesmo com o fracasso da Revolução Constitucionalista de 1932) é normalmente destacada como principal responsável por medidas como a criação do Tribunal Superior Eleitoral e promulgação do Código Eleitoral (1932), e a convocação da Assembléia Constituinte de 1934<sup>40</sup>.

Outra forte oposição que o regime recém instalado enfrentou foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL) lançada por uma facção do Partido Comunista, em 1935, com Luis Carlos Prestes como presidente de honra. Antes que tal movimento pudesse se organizar por completo, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional (Lei 38/1935), usada para do fechamento da ANL. Isso levou a uma revolta frustrada (a Intentona Comunista) que permitiu a Vargas pedir estado de sítio.

Foram criadas a Comissão Especial de Combate ao Extremismo (no âmbito militar) e a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (no âmbito civil), que levaram, por sua vez, à criação do Tribunal de Segurança Nacional. O precário *bloco histórico de poder* da Revolução de 1930 ia desmoronando, e o sinal mais claro foi dado quando o Congresso se recusou a prorrogar o estado de sítio em 1937. Com base em uma suposta conspiração (uma falsificação grosseira, denominada Plano Cohen) Vargas pode fechar o congresso nesse mesmo ano.

Em 03/12/1937 o decreto põe a Ação Integralista na ilegalidade. Vargas, com isso, extinguiu os dois movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica (ANL e Ação Integralista) e, com respaldo dos militares e apoio popular, iniciava o período do Estado Novo (1937-1945), com uma nova Constituição

---

<sup>39</sup> Recorrendo a Antonio Gramsci, Dussel usa a noção de *bloco histórico de poder*: essa unidade de forças políticas é instável (por isso um bloco, que pode se dissolver e se recompor), conjuntural (por isso histórico), e usa-se sobre o poder institucionalizado. Se ela perde o consenso que a sustenta (a hegemonia), resta-lhe apenas o poder coercitivo, e a antiga unidade se torna um regime opressor. DUSSEL, idem, p.57.

<sup>40</sup> LOPES, idem, p.524.

outorgada. Thomas Skidmore aponta esse novo regime como uma criação pessoal com roupagens corporativistas<sup>41</sup>.

Pode-se ressaltar, quanto ao corporativismo, para todo esse período do governo de Vargas (1930-1945), as seguintes características: a combinação de voto direto e representação corporativa na Câmara dos Deputados (Constituição de 1934), a intervenção corporativista na economia com o Conselho de Economia Nacional e a Lei de Falências, a criação da Justiça do Trabalho, ampliação dos direitos sociais (como a valorização da educação)<sup>42</sup>.

Por outro lado a construção desse novo corpo social brasileiro não foi feito apenas com a chegada do Brasil à era dos direitos sociais. O Estado Novo também abusou de instrumentos repressivos para neutralizar oposições. Vamos nos dedicar a dois deles.

### 3.3 O TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL.

Frequentemente relacionado ao Estado Novo, ele cronologicamente o precede. Também alguns o consideram o equivalente brasileiro do Tribunal Do Povo Alemão do III Reich (ou do Tribunal de Defesa do Estado Fascista Italiano)<sup>43</sup>.

Originalmente constituído para julgar comunistas (revestido, portanto, desde a origem, de cunho ideológico) foi transformado em instrumento de defesa do grupo que mantinha o poder. Teria sido constituído “não para ministrar justiça, mas para distribuir condenações”<sup>44</sup>.

Para combater a “morosidade da justiça”, o ministro Vicente Rao em 1936 teria pedido medidas para superar o “doloroso anacronismo da liberal democracia que desarmava o estado na luta contra seus inimigos”. Isso levou após reuniões à primeira emenda da constituição de 1934, criando o referido tribunal. Ainda que

---

<sup>41</sup> SKIDMORE, idem, p.54.

<sup>42</sup> LOPES, idem, p.526.

<sup>43</sup> CAMPOS, R. P. **Repressão judicial no Estado Novo, a esquerda e a direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

<sup>44</sup> Idem, idem, p.22.

criticada pela minoria, porque violava a própria constituição no princípio de que não haveria tribunal de exceção (art.113 par.25 – o artigo, entretanto, admitia “juízos especiais em razão da natureza das coisas”). Mesmo sem passar pela comissão de justiça, foi para votação, passando a vigor como lei 224 de 12/09/1936.

O Tribunal determinava que o réu deveria arcar com sua defesa no Distrito Federal, e teria o máximo de 5 testemunhas (enquanto na justiça comum eram 8) — a acusação poderia arrolar quantas quisesse. A pessoa também podia ser processada e condenada sem ter que ser levada a presença do juiz (permitia, entretanto, ao réu recorrer da sentença sem se apresentar). Dava prazo de defesa de 3 dias, e ainda violava o princípio do *in dubio pro réu* no caso de alguém ser pego com uma arma na mão. Violava, ainda, o princípio da irretroatividade porque permitia aplicar legislação aprovada depois de ocorridos os delitos.

Como já foi dito, o tribunal serviu primeiro para perseguir membros da ANL. Em 1937, durante o Estado Novo, ele foi desligado da justiça militar e passou a ser um tribunal autônomo. Isso significava, portanto, fim da 2ª instância (que era justamente o Supremo Tribunal Militar). Com uma composição de 6 juízes, o réu poderia apelar da sentença para os outros 5 juízes, que decidiam em colegiado. Em caso de absolvição na primeira instância, haveria apelação *ex officio* pelo juiz. O número de testemunhas foi reduzido ainda mais (para 3), e o réu sem advogado teria a indicação do dativo pelo juiz (e não mais pela OAB). Poderiam, ainda, ser imputados durante o julgamento mais crimes do que constavam na denúncia .

Muitas condenações foram baseadas no princípio da “livre convicção”, o que ensejou, segundo Reynaldo Campos, em um volume de sentenças que se situaram entre o drama e a anedota<sup>45</sup>.

Essa parte cômica deve-se ao fato, principalmente, do tribunal ter suas atribuições estendidas para julgar casos de crimes contra a economia popular (equiparados a crimes contra estado). Mas a ideia de punir os “tubarões” falhou, e muitos dos processados eram pequenos comerciantes, quitandeiros etc., ainda

---

<sup>45</sup> Ibidem, ibidem, p. 126.

que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) procurasse elogiar o “tribunal do povo”, e “defensor dos humildes”. O tribunal foi extinto em 17/11/1945.

### 3.4 AS DELEGACIAS DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

O termo policia política é usado tradicionalmente para designar um tipo especial de modalidade de policia que desempenha uma função preventiva e repressiva, coibindo reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e segurança pública”.<sup>46</sup>

Criada em 1924 pela lei 2.304, lei que tratava da organização política do estado de São Paulo, a Delegacia de Ordem Política e Social tinha a função de “assegurar e disciplinar a ordem no país”.<sup>47</sup>

Segundo Paulo Sergio Pinheiro, o que a nova delegacia assumiu foi a tarefa de identificação dos “indesejáveis” (como eram chamados os operários agitadores estrangeiros), atividade antes feita pela entidade que congregava os empresários paulistas. Essa forma de repressão politizava a luta contra o crime, encarando todos os “vadios” como potenciais criminosos políticos, capazes de serem utilizados pelos agitadores<sup>48</sup>.

Dentre suas atribuições, cabia: fiscalização do fabrico, importação/exportação, comércio, emprego ou uso de materiais explosivos; a entrada e permanência de estrangeiros; registro de jornais, revistas e empresas de publicidade em geral; inspeção de hotéis e pensões; fiscalizar aeroportos, estações ferroviárias e rodovias; além de investigações sobre pessoas suspeitas,

---

<sup>46</sup> XAVIER, M. Da Polícia Política. In: **DOPS – A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

<sup>47</sup> CORREA, L. R. **O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo**. <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>, 01/11/2014

<sup>48</sup> PINHEIRO, P. S. **Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 112

ou lugares onde se presume qualquer alteração ou atentado contra a ordem política e social; além de “identificar e prontuarianar os indivíduos suspeitos por crimes e contravenções atentatórias à ordem política e social, organizados em fichário apropriado”.<sup>49</sup>

Desse modo pode-se ver que a função da Delegacia, especialmente sob o governo Vargas, também era de inteligência, com o cadastro dos indivíduos presos, que eram identificados pelo sistema datiloscópico, planilhas, fichas e fotografias. Na visita ao arquivo também é possível ver que tal serviço de inteligência ainda incluía a feitura de dossiês com recortes de jornais e fotografias.

Sua constituição era: o Gabinete do Delegado, delegacias de ordem pública e social com suas seções de policiamento e investigação, além dos serviços de protocolo, arquivo geral e contabilidade, e o Serviço Reservado (mais tarde chamado Serviço Secreto).

Durante a segunda metade da década de 40, ela passou a abrigar a Delegacia de Estrangeiros, para controle dos prazos de permanência dos turistas, além de investigar residentes no país sem autorização e infratores.

---

<sup>49</sup> ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado de São Paulo, **Decreto n° 9893-B**, apud. CORREA, idem.

## 4 A AÇÃO DA DOPS NO COMBATE AO NAZISMO

### 4.1 AS MEDIDAS DE HOMOGENEIZAÇÃO E A IDENTIDADE BRASILEIRA

Durante o Império e a primeira República, como já vimos (parte 1) o Brasil adotara uma política de migração que buscava trazer europeus para ocupar os espaços vazios no território, uma política que terminava por alijar os próprios nacionais do “processo civilizatório”. Posteriormente veríamos em autores diversos (Sylvio Romero, Graça Aranha, Caio Prado Jr, Sergio Buarque, Gilberto Freyre) a percepção de que o Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, não foi colonizado por “princípios, virtudes, idealismo”, mas por colonos portugueses movidos apenas por ambições individuais que, miscigenados com ameríndios e negros, resultaram em um povo “malformado, incapaz de desenhar projetos políticos”.<sup>50</sup>

Por outro lado, no Sul, havia a ameaça da população germânica, vista por alguns como superior em raça e cultura. Diante desse cenário, restaria ao Estado a tarefa de, nas palavras de Oliveira Vianna, “objetivar o pensamento de uma política de preparação do homem brasileiro para a vida associativa, em grupo”<sup>51</sup>. Assim há um aspecto interessante do Estado Novo: se no começo a mestiçagem era vista como um problema, agora ela passa a ser uma virtude do país, que se tornaria um país modelo de tolerância racial. É desse período a famosa tese da democracia racial que estabelece a miscigenação como a base cultural do Brasil, por Gilberto Freyre.<sup>52</sup>

Dentre as medidas tomadas com o objetivo de homogeneizar a população residente no Brasil podemos ressaltar: Decretos 3.010 de 28/08/1938 evitava a formação de núcleos coloniais de uma só nacionalidade; o Decreto-Lei 406 de 04/05/1938 estabelecia regime de cotas de 2% de cada nacionalidade que

---

<sup>50</sup> MAGALHÃES, M. P. A questão da identidade nacional: a elaboração do outro. SZES, C. M., RIBEIRO, M. M. T, BRANCATO, S. M. L., LEITE, R. L., ISAIA, A. C. **Portugal-Brasil no sec. XX: sociedade, cultura, ideologia**. Bauru: Edusc, 2003, p.171.

<sup>51</sup> VIANNA, O. **Ensaio inédito**. Campinas, Editora da Unicamp, 1991. p.176. Apud. MAGALHÃES, idem. P.170.

<sup>52</sup> FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**; formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

emigrou para o Brasil entre 1844 e 1933<sup>53</sup>; o Decreto-Lei 383 de 18/04/1938 proibia que estrangeiros organizassem entidades representativas inspiradas em seus países de origem e edição de publicações que não fossem em português; o Decreto-Lei 76 (em Santa Catarina) proibia que as escolas mantidas por imigrantes contratassem professores estrangeiros; o Decreto-Lei 868 determinava a obrigação do ensino de língua portuguesa e história do Brasil no nível primário.

Também são relacionadas entre essas iniciativas a criação do Instituto Nacional do livro (Decreto-Lei 24.935 de 13/06/1934) e do Serviço de Radiodifusão Educativa.

Obviamente as medidas acima citadas não são direcionadas unicamente ao combate aos interesses imperialistas de nações estrangeiras. Tratava-se também de um discurso nacionalista que era típico da sua época, que era construção do corpo da nação excluindo-se elementos alienígenas. Enfim, tanto no Brasil quanto na Europa os governos estavam incorporando maiores camadas da população, mas, para definir efetivamente *quem fazia parte do povo*, adotou-se uma dinâmica amigo/inimigo.<sup>54</sup>

O problema, conforme abordado na primeira parte deste trabalho, havia populações imigrantes já integradas, notadamente as famílias mais abastadas, e inclusive com participação política na vida nacional (ainda que isso se aplique mais aos alemães e italianos que aos nipônicos) e alguns destes inseridos e participantes da construção de uma identidade regional, como no Paraná, estado que terá sua base identitária calcada exatamente na mistura de imigrantes de origem europeia, que faria da região um *Brasil diferente*.

---

<sup>53</sup> Essa medida também tinha caráter eugênista, vedando a entrada de “aleijados, mutilados, indigentes, vagabundos, ciganos e doentes nervosos”.

<sup>54</sup> Ibidem, ibidem, p.174.



## 4.2 O PERIGO ALEMÃO

A obra de Sergio Correa da Costa, *Nazismo na América, a conexão Argentina* revelaria o plano da construção da “Alemanha Antártica”, com uma nova divisão da América do Sul, onde a Argentina (nazificada) absorveria o Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia. O Brasil absorveria parte da Bolívia e Peru. O Chile, parte da Bolívia, Peru e Equador. A Colômbia e parte do Equador seriam um novo país. As Guianas permaneciam, mas seriam riscados do mapa o Sul do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela<sup>55</sup>.

O referido mapa teria sido encontrado na Argentina pelo serviço secreto inglês, em uma pasta abandonada por um funcionário alemão, provavelmente do Instituto de Geopolítica de Munique.

Também havia relatos de que a Abwehr (Departamento de Exterior do Alto Comando das Forças Armadas da Alemanha) montou uma ampla rede de informações na América Latina (para conhecer as rotas comerciais dos aliados pelo atlântico). Os técnicos da Abwer teriam descoberto que as mensagens telegráficas entre America Latina e Alemanha eram mais fáceis que entre Estados Unidos e Europa. Mesmo com denúncias do *Intelligence Service* e do *FBI*, nada foi feito<sup>56</sup>.

Temos referências a ação do partido nazista no Brasil (em Curitiba, ficava sediado na Casa Gustoff, na Avenida Anita Garibaldi)<sup>57</sup>. Há também vasta documentação no DEAP sobre as ações de nazistas aqui no Paraná e em Curitiba, onde eram dirigidas por Alfredo Andersen, filiado ao partido e líder local.<sup>58</sup> Mas qual seria o perfil de seus partidários?

<sup>55</sup> HELLER, Milton Ivan. **Conspiração Nazista nos Céus da América**. Curitiba, Instituto Memória, 2009, p.227

<sup>56</sup> CAMPOS, idem, p. 80

<sup>57</sup> HELLER, idem, 206.

<sup>58</sup> Conforme os dados verificados nas pastas sobre o nazismo no DEAP/PR. Trata-se de um homônimo do famoso pintor norueguês radicado no Brasil, considerado *pai da pintura paranaense*.

### 4.3 O NSDAP NO BRASIL

Pesquisadores apontam que os primeiros núcleos do partido no Brasil foram organizados de forma autônoma, e indicam a cidade de Benedito Timbó, em Santa Catarina, como sede do primeiro grupo da NSDAP no Brasil. Tal iniciativa é atribuída a um imigrante chamado Bruno Fricke<sup>59</sup>, em 1928.

Na Alemanha havia um órgão do partido nazista, com sede na Alemanha, responsável pela questão dos alemães fora do país (*Auslanddeutsche*), a AO (*Auslandsorganisation der NSDAP*).

Em 1933 a NSDAP do Brasil passou por um processo reorganizador, que culminou com a expulsão de alguns membros e a entrega da direção a Hans Henning von Cossel, até então líder do núcleo paulista.

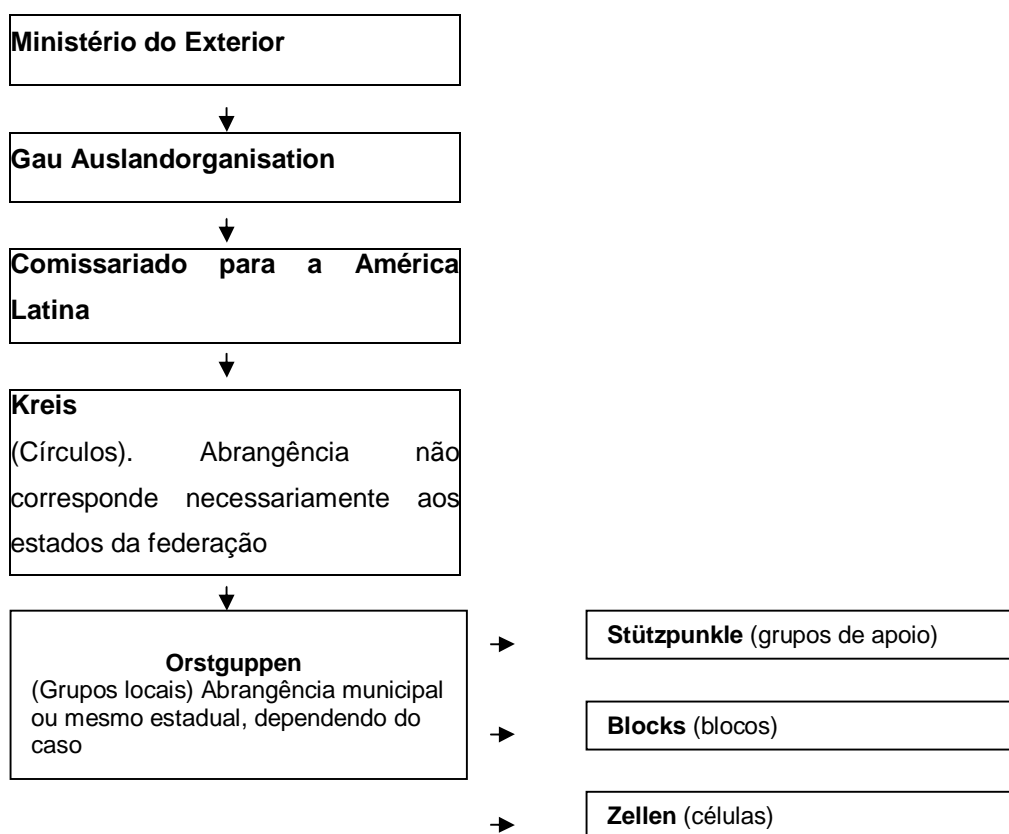
A partir de então, o partido passou a atuar organizado em cinco círculos: Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, ficando neste último estado a direção central.

Também existiam microdivisões, de alcance municipal: os *Stützpunkte* (pontos de apoio), e *Blocks* (blocos), além de células (*Zellen*) que atuavam em bairros de cidades maiores, como São Paulo<sup>60</sup>, conforme o organograma a seguir:

---

<sup>59</sup> Fricke é apontado ainda como fundador dos núcleos do Paraguai e da Argentina. Mais tarde, quando o próprio partido nazista na Alemanha passou a controlar mais de perto o trabalho de seus braços fora da Alemanha, Fricke se tornou opositor à NSDAP. ATHAIDES, R. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá, Eduem, 2011, p.38

<sup>60</sup> Idem, p.39.



Estrutura Hierárquica do NSPAD para a América Latina

Fonte: MORAES, L.E. ***Ein volk, Ein Reich, Ein Führer: a seção brasileira do partido nazista e a questão nacional***. 1996, 222f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1996. Apud. ATHAIDES, idem, p.40.

Além do partido, outras organizações existentes na Europa ganharam correspondentes no Brasil: a *Deutschbrasilianischer Jungdenring* (Círculo da Juventude Teuto-Brasileira, braço da juventude hitlerista), *Deutsche Arbeitsfront* (DAF - Frente Alemã do Trabalho), *Nationalsozialistische Frauenschaft* (Associação das Mulheres Nacional-Socialista), *Nationalsozialistische Lehrerbund* (Liga de Professores Nacional-Socialista)<sup>61</sup>.

É necessário ressaltar que tais organizações cuidavam apenas dos alemães presentes nos países hospedeiros (locais chamados por eles de Gastländer). Não havia o interesse de apregoar o nazismo a indivíduos sem

<sup>61</sup> ATHAIDES, ibidem, p.42.

"sangue alemão". Hitler teria dito que o nazismo não era "mercadoria exportável"<sup>62</sup>. Ainda assim, a A.O brasileira contou com mais de 2900 filiados na década de 30, constituindo-se na maior seção do NSDAP fora da Alemanha.

#### 4.3.2 PERFIL DOS FILIADOS À SEÇÃO BRASILEIRA DO NSDAP E SUA DISTRIBUIÇÃO PELO PAÍS.

O comando do partido do país ficava no Estado de São Paulo. Neste estado ficava também o maior número de membros, conforme mostrado pela seguinte tabela:

UF	Nº
SP	785
SC	528
RJ	447
RS	439
PR	185
SR*	137
MG	66
PE	43
ES	41
BA	39
MT	31
PA	27
GO	23
PB	21
AM	4
CE	4
AL	1
SE	1
Total	2822

\*SR: Em filiação ou endereço

Fonte: MORAES, idem, p.41.

---

<sup>62</sup> JACOBSEN, 1968, apud. MAGALHÃES, idem, p.136.

Conforme pode-se ver na tabela, o estado que contou com maior número de filiados foi o de São Paulo, contrariando a associação geralmente feita entre o Sul do Brasil e o nazismo, o chamado "perigo alemão".

Embora fosse o Sul a região com maior concentração de imigrantes, o menor número de filiados em relação ao Sudeste está relacionado ao perfil ocupacional, social e étnico dos filiados:

<b>PROFISSÃO</b>	<b>Nº</b>
<b>Operários especializados e não especializados</b>	<b>509</b>
<b>Grandes comerciantes</b>	<b>506</b>
<b>Pequenos comerciantes</b>	<b>405</b>
<b>Agricultores</b>	<b>318</b>
<b>Industriais e Técnicos com nível superior</b>	<b>249</b>
<b>Artesãos</b>	<b>211</b>
<b>Profissionais liberais</b>	<b>186</b>
<b>Professores</b>	<b>123</b>
<b>Servidores públicos e funcionários de banco</b>	<b>80</b>
<b>Pastores</b>	<b>53</b>
<b>Estudantes</b>	<b>26</b>
<b>Não especificado/sem profissão</b>	<b>156</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2822</b>

Fonte: MORAES, ibidem, p.46

A maioria dos filiados estava ligada a atividades do meio urbano, no setor de comércio, indústria e serviços, em geral, mantinham vínculos com a pátria-mãe através das empresas em que trabalhavam. Nota-se que apenas 11% estavam no setor primário, o que reforça o caráter urbano da organização nazista.

Outro dado apontado por Rafael Athaides é que 93% do total de filiados eram nascidos na Alemanha (*Reichsdeutsche*), quase inexistindo descendentes (teuto-brasileiros) no partido.

Finalmente, o levantamento quanto às datas de nascimento dos filiados apontou que a maioria dos militantes (1850 indivíduos, cerca de 65%) nasceram

entre 1890 e 1909, o que revela uma geração que teve contato com a Grande Guerra (1914-1918). O perfil dos militantes seria o de jovens entre 25 e 35 anos, nascidos na Alemanha, que vivenciaram em algum grau a Primeira Guerra Mundial, ocupavam no país, em sua maioria, funções comerciais e industriais e pertenciam aos “setores médios urbanos, empregados em grandes firmas e indústrias alemãs que se instalaram no Brasil.”<sup>63</sup>

Desse modo, devemos lembrar a diferença de gerações apresentada no início. Os imigrantes alemães que chegaram antes do séc. XIX, sob as leis restritivas de emigração da era Bismark — leis estas que consideravam o emigrante um traidor (e muitos vieram fugidos de perseguições) — acabaram por fincar raízes no novo território, ainda que resistentes à assimilação. Estes imigrantes mais antigos (*Deutschbrasilianer*) tinham, portanto, ambições diferentes dos militantes da A.O, que provavelmente alimentavam perspectivas de retorno à terra natal.

Também não se pode desprezar o efeito da interferência do partido na economia alemã (com seus reflexos nas indústrias atuantes no Brasil). Alguns podem ter se filiado na busca de melhores empregos.

#### 4.4 A ENTRADA DO BRASIL NA GUERRA

As relações entre Vargas e a Alemanha eram relativamente boas até 1937. O sistema de “marcos de compensação” adotado durante o período, era um meio eficiente de trocas comerciais entre os países enquanto o mundo se recuperava da crise econômica. Além da troca de produtos agrícolas por industriais, havia a perspectiva de industrialização do Brasil por meio de capital alemão. Havia, ainda, afinidades políticas pelas semelhanças que os regimes guardavam entre si, como culto ao ditador e descrença do modelo liberal.

---

<sup>63</sup> ATHAIDES, *ibidem*, p.46.

Entretanto, Estados Unidos e Inglaterra continuavam respectivamente sendo o maior parceiro comercial e o maior credor externo.

Foi após a instauração do Estado Novo, notadamente a proibição de ação de partidos políticos estrangeiros (Decreto-lei 383) que as relações com a Alemanha se deterioraram rapidamente. Afinal de contas, como tentou defender o embaixador alemão no Rio, Karl Ritter, “o partido nazista era a Alemanha”.

Durante a Guerra, o Brasil ainda manteve neutralidade embora começasse a ver ameaças à segurança nacional por parte da Alemanha: pelo Sul, com a presença da população teuto-brasileira e a proximidade de sua grande rival regional, a Argentina<sup>64</sup>. E no nordeste, com a possibilidade de uma invasão pelo litoral (cabe lembrar que o exército alemão ocupou o norte da África entre 1941 e 1943). A pressão americana após Pearl Harbour levou à instalação de uma base na região. Com isso, o Brasil não pode mais fazer “jogo duplo”: a partir de 1941, submarinos alemães começaram a torpedear navios brasileiros.

#### 4.5 A DOPS E O COMBATE AO NAZISMO

Rafael Athaides mostra a primeira menção ao NSDAP em documento de 1936, perguntando “o que é o NSDAP”, “se conheciam algum plano de infiltração, se haviam organizações de tal natureza no Paraná” e “quem era Werner Hoffmann”. Em um papel pequeno pedaço de papel, constariam palavras manuscritas em alemão e português: *Nacional Socialistische Deutsche Arbeiter Partei, Deutsche Brasilianische Jungendring, União da Juventude Teuto-Brasileira, Werner Hoffmann*.

---

<sup>64</sup> “De fato o pior pesadelo do Estado maior do Exército Brasileiro até 1944 era a hipótese de uma invasão Argentina, simultânea a um levante de inspiração estrangeira entre as populações de origem alemã, italiana e japonesa conjugadas com um eventual desembarque de tropas hostis no litoral sul”. OLIVEIRA, D. A Ditadura do Estado Novo e a luta contra o nazismo. In: SZES, C. M. et al. In: SZES, C. M., et al. **Portugal-Brasil no sex. XX: sociedade, cultura, ideologia**, Bauru, Edusc, 2003, p 189

A réplica encaminhada informava que o NSDAP significava “Partido Nacional Socialista dos Operários Alemães e que a sede deste ficava no Alto Cabral, em um barracão construído nos terrenos da Fabrica Lucinda” e que “se tratava de propaganda hitlerista, sendo o dirigente da entidade Werner Hoffmann, que trabalhava no consulado alemão. Esse mesmo Hoffmann teria proibido que se falasse português na Sociedade denominada União da Juventude Teuto-Brasileira, que há algum tempo atrás se chamava Juventude Hitlerista”.<sup>65</sup>

Esses seriam os registros da primeira menção ao NSDAP no Paraná. Entretanto, entre 1933 e 1938, a polícia pouco se importava com a ação desse partido. As referências que aparecem nos arquivos seriam mais de perturbação da ordem e a principal ameaça para o Brasil na época era o comunismo.

O curioso é que Athaides já aponta casos de indivíduos perigosos, “exaltados”, fichados em 1937, antes, portanto, do referido Decreto<sup>66</sup>.

Já foi explicado que o pangermanismo foi elemento fundamental para a identidade da comunidade alemã no Brasil, e o nazismo, embora tenha conseguido alguns adeptos, não se substituiu à *Heimat*. Mas para a polícia política do Estado Novo (e mesmo para muitos brasileiros) não havia diferença. Eram vistos como manifestações a serem combatidas. Todos os alemães eram potenciais “quinta-colunas”.

Por exemplo, mesmo os jogadores do clube fundado pelos alemães (Coritiba) cujo apelido passou a ser “coxa-branca”. Em um Atletiba de 1941, um torcedor do Atlético, que viria depois a ser seu presidente, Jofre Cabral e Silva, exaltado por estar perdendo o jogo começou a berrar contra o zagueiro Hans Breyer, chamando-o “quinta-coluna”. Ao perceber que não lhe dava ouvidos, começou a berrar: “coxa-branca! coxa-branca!”<sup>67</sup>

Com a declaração de Guerra à Alemanha em 1942, a atitude repressora alcançou maior vulto, com a prisão dos líderes de grupos estaduais e deportação de alguns. Os cidadãos do eixo só se movimentavam no país através de salvo-

---

<sup>65</sup> ATHAIDES, idem, p.168.

<sup>66</sup> Idem, ibidem, p.184.

<sup>67</sup> GRUPO HELÊNICOS. **Coritiba Foot Ball Club** e seus atletas inesquecíveis. Curitiba: Helênicos, 2012.



condutos. A ação repressiva sistemática duraria, portanto de 1942 a 1945, sendo que 1942 foi o período mais concentrado.<sup>68</sup>

É necessário ainda salientar que a ação da DOPS se deu em conjunto com a 5ª Região Militar. Muitos membros da NSDAP foram fichados mediante indicação da 5ª RM, através de um órgão que ela possuía chamado “Serviço de Nacionalização”.

Lembra Simon Schatzman que a questão da nacionalização era tratada como questão de segurança nacional, e o fortalecimento da consciência patriótica no caso alemão seria fruto de uma política deliberadamente organizada para domínio mundial. E a 5ª RM teria cumprido seu papel de vigiar isso com eficiência<sup>69</sup>.

Eles teriam enviado documentos minuciosos para a DOPS sobre a vida de Werner Hoffmann. Certamente tinham mais informações que a própria Delegacia que o enquadrara. Rafael Athaides também afirma que a 5ª RM teria capturado os documentos do partido na *Gustloff Haus* (sede do partido em Curitiba) — livro de atas, correspondências, fichas e listas de membros — restando a DOPS apenas um relatório<sup>70</sup>.

O modo de trabalho da DOPS para as figuras indicadas pela 5ª RM foi descrito assim: os indivíduos eram convocados para apresentar documentos à DOPS. Depois, uma ficha individual era elaborada — sem conhecimento do fichado — para acompanhamento e vigilância. Posteriormente, vinha a prisão. Assim, fica claro que já desde 1938 havia o monitoramento dos indivíduos tidos como perigosos já fichados, enquanto os agentes aguardavam suporte legal para realizar as detenções.

Observando-se os arquivos, é claramente perceptível o aumento do volume de informação em 1942, com o trabalho de diversos inspetores acompanhando suspeitos, verificando os embarques e desembarques de trens e navios, além dos atendimentos na central telefônica.

---

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, p.178.

<sup>69</sup> SCHWARTZMAN, Simon, *et. al.* **TEMPOS DE CAPANEMA**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>70</sup> ATHAIDES, *ibidem*, p.183.

Entretanto, o partido nazista já havia sido desarticulado em 1938, seus membros fichados, e muitos exonerados de seus empregos (caso de professores que lecionavam na Escola Alemã). Eram casos como de Werner Hoffmann (já fichado desde 1937) que em 1939 deixara o país, Alfred Andersen (listado como chefe da propaganda) preso após fazer a saudação nazista em um churrasco na Pensão Kreutz (churrasco que levou todos os participantes a terem que prestar esclarecimentos à DOPS).

Se os mais perigosos já haviam sido fichados e eram acompanhados, o que levou a este grande aumento de trabalho?

A portaria nº 30, de 28/01/1942, decorrente ainda da ruptura de relações diplomáticas com o Alemanha, Japão e Itália explica. Ela proibia a cidadãos súditos desses três países a: mudar de residência sem informação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, portar armas, exercer comércio de armas, viajar sem salvo-conduto (que era emitido em Curitiba pela própria DOPS), reunirem-se (mesmo que em casas particulares), discutir ou trocar idéias em público sobre a situação internacional.

Proibia-se, ainda, em caráter geral: o uso do idioma em público, cantar ou tocar hinos das nações estrangeiras, fazer saudações particulares dos partidos, exibição de governantes dessas nações<sup>71</sup>. Vale lembrar que o espírito nacionalista do Estado Novo e do período de Getúlio, levou mesmo à proibição do uso das bandeiras e símbolos estaduais.<sup>72</sup>

Desse modo, muitas das detenções verificadas se davam por motivos que não representavam risco, como simplesmente falar um desses três idiomas. Também constam diversos ofícios relatando denúncias de reuniões além dos inspetores verificarem a existência de rádios (e, caso positivo, em que estação ficavam sintonizados).

Também constam dossiês com as escolas alemãs e relatos levantando suspeita de uso das associações como o Clube Concórdia. O clube revela, aliás, um evento de luta mostrando como muitos dos alemães em Curitiba rejeitavam o

---

<sup>71</sup> Arquivo Público do Estado do Paraná DOPS – Documentos da DOPS antigos, pasta 01, fls.18

<sup>72</sup> PEREIRA, L. F. L., *idem*.

nazismo, quando a chapa nacional-socialista, de Hans Bennevitx perdeu a eleição.<sup>73</sup> Entretanto, isso não impediu que nos arquivos da DOPS aparecesse como prova de que o clube servia ao nazismo o fato da biblioteca conter apenas obras em alemão.

Assim, em 1942 a repressão caíra sobre clubes, colônias, associações de caráter germânico, antigos membros do NSDAP ainda residentes no estado, instituições consulares e finalmente, qualquer indivíduo que **parecesse** se manifestar a favor do eixo. Em maio de 1942, a DOPS apresentava uma lista de pessoas “cuja soltura não deveria ser feita”, por se tratarem de “elementos perigosos à segurança nacional”. A lista era bastante heterogênea, de membros do partido com funções secundárias (como projetor de filmes) a até antinazistas.

A repressão era justificada por Valfrido Piloto (Delegado de Ordem Política e Social):

É natural que elementos dessa natureza procedem, sempre, sem deixar vestígios de seus intentos máximos, --que, no caso, seria agir solertemente, agora, no sentido de que os mil e um modos de enfraquecer, desorientar, destruir uma nação inimiga, pudessem surtir os efeitos mais favoráveis possíveis, e isso para que o nazismo realizasse, também contra nós, o seu sonho, de domínio universal. Por aquelas circunstâncias, é explicável que não conte, a Polícia, com provas de atividade de uma atual conspiração, -- dados que seriam os exigíveis para o processo de cada um dos detidos (...) É evidente que, dos autos em que se conterão os motivos da reclusão desses nazistas, poderá não surgirem justificativas capazes de bem enquadrar, os casos, em nossa legislação. Ao Governo Federal cabe, no entanto, a solução do assunto, de vez que a soltura de tais presos não conviria, em absoluto, à segurança nacional<sup>74</sup>.

A essa lista se sucedeu o envio de 26 pessoas para o Rio de Janeiro, por ordem direta do Ministério da Justiça, que os teria retido na Colônia Penal Cândido Mendes, até 1945.

---

<sup>73</sup> HELLER, idem, p.207.

<sup>74</sup> ARQUIVO PUBLICO DO PARANA.DOPS, 1942<sup>a</sup>,apud. ATHAIDES, idem, p.193

Sem nos estendermos demais sobre este tópico, é necessário lembrar também que a comoção popular causada pela Guerra (o torpedeamento de navios por submarinos do eixo) levou a população a atacar casas e estabelecimentos de “eixistas”, como os Clubes Concórdia e Rio Branco, a Cia. Telefônica Paranaense, o Banco Alemão Transatlântico, Casa Bayer. Os relatórios da DOPS falam em 68 estabelecimentos que sofreram avarias.

Enfim, em 1938 o Estado Novo já conseguira silenciar as atividades nazistas. Não podemos negar que eles tiveram adeptos no continente americano — consta nos documentos da DOPS chegou a trabalhar com o FBI<sup>75</sup>. Mas no período de 1942-45 (notadamente 1942) foi marcado pela perseguição a pessoas que não tinham envolvimento com o partido nazista. Muitos são detidos apenas por serem originários de países do eixo (também constam no Arquivo Público, embora em profusão bem menor que dos alemães, autos de detenção de japoneses e italianos).

Além da questão já apresentada do pangermanismo, essa agressiva perseguição pode ser também explicada conforme esse relato de inspetor:

(...) Hoje, por volta das 18:15 horas, um senhor de nome José de Oliveira Costa, (...) informou ao delegado de plantão (...) que um indivíduo residente do Bigorrião, de nome EDUARDO KAMPMANN pegou a fotografia do Exmo. Snr. Dr. Getulio Vargas, esfaqueando-o, apanhando depois uma bandeira nacional, queimou-a. (...) Seguiu então ao local um inspetor, sendo tomadas as providências.<sup>76</sup> (ANEXO 2)

Não apenas por ter sido cometido por um indivíduo de sobrenome alemão, mas o ato criminoso contra a efígie de Getulio Vargas também é ilustrativo. Segundo Roney Cytrinowicz a mobilização de guerra, e toda a repressão dela decorrente, atendia aos interesses estadonovistas<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Idem, p. 273-275a

<sup>76</sup> Idem, 1942, p.39.

<sup>77</sup> ATHAIDES, idem, p.197.

Segundo Dennison de Oliveira, a declaração de guerra contra um regime com a qual o Estado Novo foi de início simpático criou uma contradição resolvida pelo seu próprio inativismo. Explica-se: embora até em documentos da DOPS o Estado Brasileiro se refira a si mesmo como liberal e democrático, ele era um estado autoritário que mobilizava formidável instrumental repressivo. Era um contra-senso mobilizar corações e mentes contra o totalitarismo, mas a aliança com os Estados Unidos compeliu a esse caminho. E o Estado Novo resolveu isso declarando guerra em 1942 e só enviando tropas em 1945.

Durante esse intervalo, a conjuntura de guerra (que atraía o apoio popular) teria auxiliado o Estado Novo a consolidar seu poder, através da perseguição aos “quinta-colunas” de todos os matizes (fossem do eixo, integralistas ou comunistas)<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Dennison. A Ditadura do Estado Novo e a luta contra o nazismo. In: SZES, *et. al* idem, 2003, p.203

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do medo despertado pela suposta presença do inimigo, resume Schwartzman:

Em certo sentido, pois, o nacionalismo brasileiro encontrou no nacionalismo alemão seu modelo, seu fantasma e seu limite. Os alemães possuíam tudo aquilo que os brasileiros gostariam de ter e serviam de fonte de inspiração para o que aqui se pretendia construir. Sua presença no Brasil, no entanto, não os transformava em aliados, mas em uma ameaça terrível ao projeto nacionalista brasileiro, com o qual competiam, aparentemente, com vantagem.<sup>79</sup>

A análise aqui feita da ação de perseguição do DOPS e sua polícia aos alemães do sul e em particular de Curitiba, mostra uma das facetas contraditórias do Estado Novo. De um lado tão parecido com o Eixo e ideologicamente simpático a suas ideologias, mas de outro um comprometimento financeiro e cultural com os Estados Unidos. Tudo isso permeado pela tentativa de construção de uma identidade nacional própria, por um Estado que se centralizava, em um país que se integrava e uma nação que se fundava.

Os alemães foram alvo fácil por conta inclusive da forma particular como construíram sua identidade sobre a raça, devido à precariedade da unidade linguística e étnica no período de unificação alemã e da progressiva desagregação do império Austríaco.

Na elaboração deste trabalho foi possível ver em comum entre os livros que tratam da ação do nazismo no Brasil a necessidade de se entender as especificidades do nacionalismo alemão. Por isso foi necessário fazer uma regressão à imigração e verificar não apenas as especificidades da ocupação do

---

<sup>79</sup> SCHWARTZMAN, idem

território pelos alemães, mas também como se deu a construção da identidade, não apenas desses imigrantes, mas da nação brasileira.

O pangermanismo foi reflexo do movimento apontado no sec. XIX em que território não era suficiente para resolver o problema das várias etnias na Europa. A unidade de língua também não, especialmente em impérios multiétnicos. Ela acabou se dando pelo conceito de raça.

Posteriormente o nazismo tentou vincular a idéia de pertencimento da comunidade ao pertencimento ao partido, mas não foram bem sucedidos, embora tenham feito muitos adeptos. Segundo Marionilde Brepohl, se o pangermanismo conseguiu agir como uma ideologia, reunindo os alemães, o nazismo, ao excluir diversas parcelas por motivos étnicos, culturais ou políticos, acabava agindo mais como uma seita, rejeitando os que estivessem do “lado de fora”.<sup>80</sup>

Ao mesmo tempo, o Brasil fundava sua identidade nacional. No Império, os alemães foram trazidos pelas suas qualidades de trabalho, no Estado Novo intensificou a campanha do abasileiramento, que embora não visasse sua exclusão da sociedade, limitava sua sociabilidade original (obrigatoriedade da língua portuguesa, hino nacional etc.)

Ainda que em muitos aspectos o Estado Novo tivesse mais afinidade com os alemães, a conjuntura mundial os colocou em lados opostos, dada a crescente influência Norte Americana sobre o Brasil.

Finalmente, cabe compreender que a ação do aparato repressivo usado durante o período não foi para a perseguição aos quinta-colunas (estrangeiros e simpatizantes do nazismo e fascismo), mas para que Vargas, após a ação hegemônica (o que o caracterizava como populista)<sup>81</sup> que conseguira em 30, se livrasse de suas reais ameaças: integralistas e comunistas. Quando se deu a Revolução de 30, Vargas teria conseguido reunir temporariamente vários grupos, estabelecendo em uma ação hegemônica (o que o caracterizava como populista)<sup>82</sup>. Entretanto, o consenso não durara muito, e logo Vargas se desfez de

---

<sup>80</sup> MAGALHAES, idem, p.158.

<sup>81</sup> DUSSEL, idem, p.55

<sup>82</sup> DUSSEL, idem, p.55

quem o apoiara na Revolução (como no caso dos integralistas, e a perseguição aos comunistas).

Outro componente chamado para responder ao contexto de perseguição centralizadora (e não apenas contra os alemães, como se viu) é o conceito da fetichização do poder, de Dussel. Na noção contratualista que temos, o poder emana da comunidade, que estabelece o poder político, mas se esse poder passa a se considerar auto-referente, tem-se sua fetichização e uma inversão entre governantes e governados. O governante, agora convertido em déspota, não governa para o povo, e sim o submete a seus caprichos<sup>83</sup>. Tal manutenção do poder, já não vinda do consentimento, só pode vir da força.

Embora as reformas empreendidas por Vargas lhe garantissem apoio popular, como corolário da fetichização do poder, sendo representante de um governo autoritário, ele não podia abrir mão do aparato repressivo.

E conforme mostramos nessa última parte, em 1942 a ação da DOPS atingiu seu ápice. Afirmamos isso porque não se tratava apenas do fato de deterem indivíduos por causa de origem, como se todos os alemães fossem nazistas ou os italianos fascistas, mas também pela defesa de prisões sem provas. Diversos dos relatórios mostravam situações inócuas, quando não ridículas (há casos de sujeitos terem sido detidos como quinta-colunas por estarem embriagados).

Como foi explicado, essa virulenta caça aos nazistas (e outros membros do eixo) pareceu atender mais à eliminação dos próprios inimigos internos do Estado Novo (constam também nos relatórios dos inspetores que acompanhavam a movimentação de integralistas, por exemplo), aproveitando a mobilização durante a Segunda Guerra.

É preciso destacar ainda um último contra-senso dessa primeira experiência de Vargas no governo: enviar uma força expedicionária para combater ditaduras na Europa. Mesmo os que comandaram tal força tinham clareza da contradição da situação, conforme disse o Cel. Lima Brayner, do Estado-maior da FEB: “Iríamos combater as poderosas ditaduras nazi-fascistas, ao lado das

---

<sup>83</sup> *idem*, *ibidem*, p.47.



democracias ocidentais, em defesa das liberdades humanas. Onde estava a coerência?"<sup>84</sup> O retorno da Força Expedicionária Brasileira ao fim da Segunda Guerra marcou o fim da ditadura de Vargas. Mas o trabalho das Delegacias de Ordem Política e Social continuou por ainda muito tempo.

---

<sup>84</sup> BRAYNER, Floriano de Lima. A verdade sobre a FEB – memórias de um chefe de estado maior na Campanha da Itália. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1968, p.93, apud.DENISSON, idem, p.183.

## REFERÊNCIAS

### ARQUIVO PUBLICO DO PARANÁ - DOPS

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

ATHAIDES, R. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá, Eduem, 2011

CAMPOS, R. P. **Repressão judicial no Estado Novo, a esquerda e a direita no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CORREA, L. R. **O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo**. Disponível em:  
<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/>>. Acesso em 12/10/2014

DUSSEL, H. **20 Teses de Política**. São Paulo, CLACSO, 2007.

ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1997

GOES, M. C. P. (org.). **A imprensa brasileira ante o fascismo: a tomada de poder na Alemanha**. Rio de Janeiro: Instituto Goethe, 1983

HELLER, M. I. **Conspiração Nazista nos Céus da América**. Curitiba: Instituto Memória, 2009

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século xx**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

LOPES, J. R. M, QUEIROZ, R. M. R, ACCA, T. S. **Curso de História do Direito**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

MAGALHÃES, M. B. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998

\_\_\_\_\_. A questão da identidade nacional: a elaboração do outro. SZES, C. M., RIBEIRO, M. M. T, BRANCATO, S. M. L., LEITE, R. L., ISAIA, A. C. **Portugal-Brasil no sec. XX: sociedade, cultura, ideologia**. Bauru: Edusc, 2003

MUSEU da Imigração. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/centro-de-preservacao-pesquisa-e-referencia/historico-das-imigracoes/12/10/2014>>. Acesso em 15/10/2014.

OLIVEIRA, D. A Ditadura do Estado Novo e a luta contra o nazismo. SZES, C. M., RIBEIRO, M. M. T, BRANCATO, S. M. L., LEITE, R. L., ISAIA, A. C. **Portugal-Brasil no sec. XX: sociedade, cultura, ideologia**. Bauru: Edusc, 2003

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado**; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: aos quatro ventos, 1996.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **O espetáculo dos maquinismos modernos**; Curitiba na virada do século XIX para o XX. São Paulo: Blucher, 2009.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

SCHWARTZMAN, S., BOMENY, H. M. B, COSTA, V. M. B. **Tempos De Capanema**, São Paulo: Paz e Terra, 2000. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit5.htm> 10/10/2014>. Acesso em 20/10/2014.

SEYFERTH, G. **Identidade étnica, assimilação e cidadania — a imigração alemã e o estado brasileiro**. In: XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993. Disponível em: <<http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/identidade-étnica.pdf>>. Acesso em 20/10/2014.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.53.

XAVIER, M. Da Polícia Política. **DOPS – A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

#### REFERÊNCIAS ANEXOS

ANEXO 1 - Arquivo Publico do Estado do Paraná DOPS – Documentos da DOPS antigos, pasta 01, fl.18

ANEXO 2 - Arquivo Publico do Estado do Paraná DOPS – Relatórios 1942: maio à agosto, fl.39

## Anexo 1

C O P I A

CHEFATURA DE POLÍCIA  
Curitiba, 28 de Janeiro de 1942.

PORTARIA Nº 30

O Chefe de Polícia do Estado, tendo em vista a ruptura de relações, diplomáticas e comerciais do Brasil, com a Alemanha, Itália e Japão, faz público, por ordem do Exmo. Sr. Interventor Federal as seguintes determinações:-

I- Os súditos daquelas três nações estrangeiras estão expressamente proibidos do seguinte:-

- a) - Mudar de residência, sem comunicação prévia ao Serviço de Registro de Estrangeiros, na Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e, quando nas localidades do Interior a autoridade policial local, devendo ser feita, dentro de quinze dias, a comunicação das residências atuais;
- b) - portar consigo ou em veículo, ou manter em domicílio, qualquer espécie de armas, devendo, os detentores de armas registradas na Delegacia de Ordem Política e Social ou nas Delegacias e Sub-Delegacias de Polícia do Interior, entregá-las, com os respectivos atestados de registro, nessas Repartições dentro do prazo de quinze dias a contar desta data;
- c) - Exercerem o comércio ou transporte de armas, munições, materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos, - devendo ser entregues à Polícia, dentro do prazo de quinze dias, as licenças que lhe tenham sido fornecidas para aqueles fins;
- d) - viajar de uma localidade para outra sem estar munido de salvo-conduto, que deverá ser expedido, nesta Capital pela Delegacia de Ordem Política e Social, e, no Interior, pela autoridade policial respectiva, mediante exibição de documento de identidade e apresentação de duas fotografias medindo 3x4 cms., e estampilhas de R\$. 24000 (estadual) e R\$. ... \$200 (educação e saúde);
- e) - reunirem-se, ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.);
- f) - Discutir ou trocar idéias em lugar público, sobre a situação internacional;
- g) - viajar por via aérea, sem licença especial da Polícia, obtida na forma da alínea D;

II - Proíbe-se em caráter geral:-

- a)- o uso de idioma daquelas três nações nas conversações em lugar público (rua, cafés, casas de diversões, etc.);
- b)- a distribuição de quaisquer escritos nos idiomas acima referidos;
- c)- cantar ou tocar os hinos daquelas nações estrangeiras;
- d)- fazer saudações peculiares aos partidos políticos dos três países retro aludidos;
- e)- a exibição em lugar acessível ou exposto ao público, de retratos de membros dos governos dessas nações;

A Delegacia de Ordem Política e Social, nesta Capital, e às Delegacias e Sub-Delegacias do Interior do Estado, cabe fazerem observar rigorosamente todas as medidas constantes da presente portaria.

C U M P R A - S E

(a) Dr. FAUSTO N. BITTENCOURT  
CHEFE DE POLÍCIA DO ESTADO

CONFERE COM O ORIGINAL  
em 20-10-42.

PT 120019

*CH. de P.B.*

Portaria nº30, jan 1942.

## Anexo 02

SEÇÃO DE INVESTIGAÇÕES E APREENSÕES.

Curitiba, 26 de agosto de 1942.

PARTE Nº 990.

Ilmº. Snr. Dr. DELEGADO.

## EDIFÍCIO

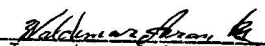
SERVIÇO NA COMPANHIA TELEFÔNICA.

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que o meu serviço na companhia Telefônica Paranaense, obedeceu o seguinte horário: das 24 às 6 horas e das 18 às 24 horas, e que durante essas horas, ocorreu o seguinte:-

Hoje, por volta das 18,15 horas, um senhor de nome José de Oliveira Costa, residente no Cajuru, em frente ao ponto de onibus, informou ao Delegado de Plantão, pelo fone 2649, da residência do Snr. Amalfi Francisco, que um individuo residente no Bigorrião, de nome EDUARDO KAMPMANN, pegou a fotografia do Exmº. Snr. Dr. Getulio Vargas, esvaquiando-o, apanhando depois uma bandeira nacional, queimou-a.

O Snr. José de Oliveira Costa, que presenciava a ocorrência, quis prendê-lo, porém Kampmann recusou a entregar-se. O Snr. Oliveira comunicou então o fato ao Delegado de Plantão, o qual comunicou então a esta DOPS. Seguiu, então, ao local, um inspetor, sendo tomadas as necessárias providências.

Respeitosamente.

  
Inspetor nº 42

39

PT 832.100

Denúncia contra Eduardo Kapmann